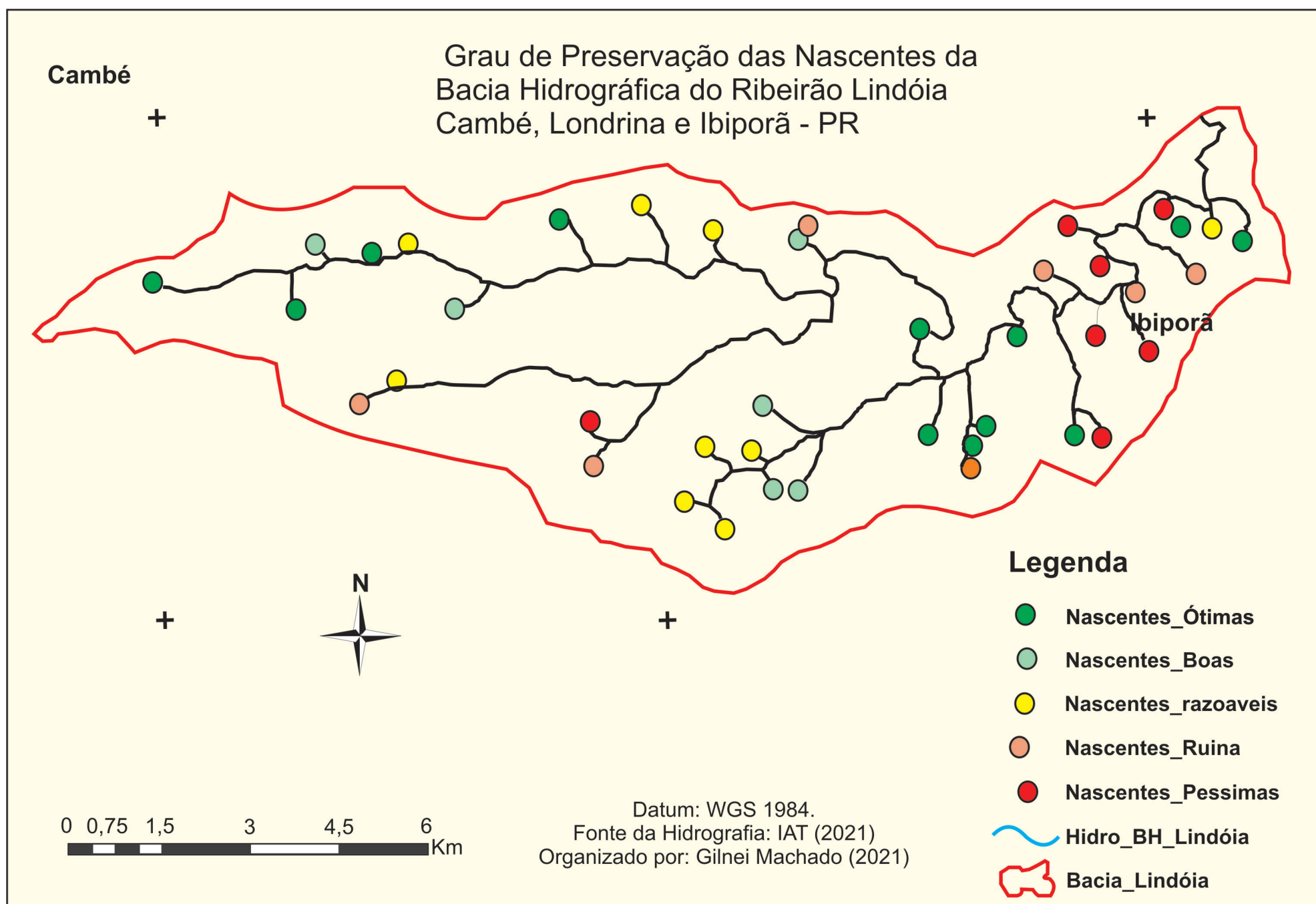


Projeto analisa condições de nascentes na bacia do ribeirão Lindoia

Pesquisador da Geociências avaliou mais de 40 nascentes e as classificou quanto à cobertura vegetal, revelando que metade delas está em condições “ruins” ou “péssimas”. O estudo também desmistifica a ideia de que as mais prejudicadas ficam em área urbana. *Pág. 6*



Pesquisa analisa assimetrias e desigualdades no mercado de trabalho para populações vulneráveis

Professores e estudantes de Ciências Econômicas comparam e analisam índices das cinco regiões do Brasil quanto ao

desemprego, subocupação, informalidade e salários, relacionados a mulheres, negros e jovens. *Pág. 3*



Uma Ciência para definir limites

Avanços científicos e tecnológicos, entre outros efeitos, exigem respostas do ordenamento jurídico, e motivam projeto de pesquisa a avaliar os chamados negócios biojurídicos

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

A discussão é antiga e sempre se renova: onde começa e onde termina o direito de um indivíduo, perante outro e perante a coletividade? Os mais recentes debates têm sido em torno do direito de não se vacinar e o de exigir passaporte sanitário. O Biodireito, porém, vai muito além, impulsionado por uma série de novas situações fáticas resultantes dos avanços científicos e tecnológicos, particularmente no campo da saúde, e que a legislação não dá conta de acompanhar, já que o processo de criação de leis é muito mais lento, em razão de suas dimensões políticas e jurídicas.

A professora Rita de Cássia Resqueti Tarifa Spolador (Departamento de Direito Privado) é estudiosa do Biodireito desde os tempos de sua Especialização, e aprofundou sua investigação no Mestrado, na UEL, e no Doutorado, na UFPR, concluído em 2010. Como os avanços não param,

o Direito está sempre sendo desafiado. Assim, há mais de três anos, ela coordena o projeto de pesquisa “Negócios biojurídicos: as tecnologias e o Direito Civil”, ligado ao Programa de Pós-graduação em Direito Negocial da UEL. A professora já havia coordenado projeto anterior, “Biodireito nos contratos”, mais genérico.

Agora, trata-se de buscar e analisar contratos com características inovadoras que encontram lacunas nas leis. Por exemplo, um contrato de doação de material genético, que exige uma série de definições de responsabilidades: coleta, guarda, transporte, conservação, descarte. A Lei Nacional de Biossegurança (lei 11.105/2005) foi uma tentativa, mas não é suficiente para abranger todos os casos que surgem. Ela estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados. Alguns casos também são normatizados pelo Conselho Federal de Medicina, mas



O congelamento de embriões ou do sangue do cordão umbilical de recém nascidos é um procedimento muito adotado, mas também questionado

ainda assim não é o bastante.

O Biodireito, segundo Rita de Cássia, é uma ciência autônoma complementar à Bioética, estudo interdisciplinar que trata das implicações éticas relativas à vida, humana ou animal, e ao meio ambiente. “O Biodireito vem interpretar questões que precisam de limites, para questões tormentosas, para escolhas trágicas que às vezes as pessoas precisam fazer”, explica a professora, que é integrante da Comissão de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ela dá outro exemplo: o armazenamento (congelamento) do sangue do cordão umbilical do recém nascido, um procedimento caro muito adotado anos atrás. A ideia era ter um banco de células-tronco disponíveis caso a criança apresentasse alguma doença posterior tratável com elas. A eficácia desta técnica foi colocada em xeque, mas gerou contratos que tanto foram analisados pelo Poder Judiciário quanto por estudantes, uma vez que a professora os leva para a sala de aula para discussão.

TESTAMENTOS VITAIS

Existem também as chamadas diretivas antecipadas de vontade, também conhecidos como “testamentos vitais”. Não chegam exatamente a ser testamentos, do ponto de vista jurídico, porque nem sempre se referem à vontade a ser satisfeita post mortem. Por exemplo, a vontade de não ser submetido a algum tipo de tratamento

ou procedimento, antecipando que não poderá decidir quando acontecer.

Um grande número de mulheres com dificuldades de gravidez procura clínicas para reprodução assistida, e o tratamento exige um contrato entre as partes, especialmente por causa dos embriões congelados. A professora cogita uma hipótese: um casal inicia o tratamento, congela embriões, mas aí o casal se divorcia e não concorda mais sobre o que fazer. Como ficam os embriões? O descarte é vedado pela lei. Outro exemplo ainda é o contrato de cessão de útero, popularmente conhecido como “barriga de aluguel”.

PRODUÇÃO

Os estudos desenvolvidos no projeto têm sido apresentados em eventos científicos e até premiados, como foi o caso na 16ª edição do ETIC – Encontro Toledo de Iniciação Científica (Presidente Prudente/SP), em setembro do ano passado, com um trabalho justamente sobre o dever de informar do médico no contexto da pandemia do novo coronavírus. É um caso emblemático para o Biodireito: direito ao sigilo do indivíduo versus saúde pública. A Lei nº 14.289, de janeiro deste ano, obriga o sigilo sobre a condição de pessoas infectadas pelo vírus HIV e hepatites crônicas. Mas e para as infectadas pelo coronavírus? Passaporte sanitário? Questões para o Biodireito resolver.

Além dos eventos, o projeto gerou publicações: seis livros já foram lançados e o sétimo está em gestação.



Professora Rita de Cássia: “O Biodireito vem interpretar questões que precisam de limites, para questões tormentosas, para escolhas trágicas que às vezes as pessoas precisam fazer”

Expediente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Reitor: Sérgio Carlos de Carvalho
Vice-Reitor: Décio Sabbatini Barbosa

com Coordenadoria de Comunicação Social

UEL - Campus Universitário - C.P. 6001
CEP 86051-990 - Londrina, PR
Contato: (43)3371-4361 e (43)3371-4115
noticia@uel.br

Coordenador: Sergio Henrique Gerelus
Chefe da Divisão de Jornalismo: Mirian Peres da Cruz
Editor: José de Arimathéia
Redação: Beatriz Botelho, Willian C. Fusaro
e Pedro Livoratti

Diagramação/Editoração: Moacir Ferri
Fotógrafos: Daniel Procopio e Gilberto Abelha
Projeto Gráfico: GráficaUEL
Impressão: Folha de Londrina
Tiragem: 2.000

Pesquisadores analisam mercado de trabalho para populações vulneráveis no Brasil

Estudo realizado por professores e estudantes do Departamento de Economia confere índices de formalidade, informalidade e subocupação

WILLIAN FUSARO

Os índices de desemprego no Brasil apresentaram altas nas duas últimas décadas, segundo os principais indicadores. Do mesmo modo, impulsionados pelas crises econômicas (2008 e 2014, por exemplo), ficou evidente um aumento da subocupação e da informalidade, além de uma considerável redução dos vínculos formais de trabalho, especialmente entre populações consideradas vulneráveis (mulheres, negros e jovens). Esses e outros índices variam, ainda, de acordo com as cinco regiões do país analisadas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Tais dados constam nos resultados do projeto de pesquisa “Mercado de trabalho para grupos vulneráveis: (des)emprego, formas de inserção e assimetrias dos rendimentos no Brasil e regiões”, coordenado pela professora Katy Maia, do Departamento de Economia. O projeto, ativo desde 2020, reúne professores e estudantes da área e analisa assimetrias entre as cinco grandes regiões brasileiras, além de raça, gênero e idade da população empregada e desempregada, no sentido de mapear as principais características por região.

Analisar desemprego, emprego, subocupação e informalidade em um país como o Brasil é, desde sempre, uma tarefa árdua: o país sempre registrou altos níveis de informalidade, com percentuais que passam de 40% da população economicamente ativa em alguns momentos históricos. Do mesmo modo, também são gritantes as desigualdades entre públicos específicos: homens e mulheres brancos (aqueles mais do que estas) alcançam melhores postos de trabalho e têm salários mais altos do que homens e mulheres não-brancos, fruto da discriminação de gênero e do racismo. Há, ainda, as discrepâncias regionais, com resultados variados para as cinco macrorregiões.

“UBERIZAÇÃO” E DESEMPREGO

Os baixos índices de emprego formal, os altos índices de desemprego e as disparidades entre públicos específicos (os vulneráveis) sempre foram a tônica do mercado de trabalho brasileiro, como explica a professora. “Desde a entrada da mulher (no mercado), que se deu num primeiro momento com as duas guerras mundiais, elas já recebiam menos pelas mesmas fun-



Efeito cascata: “Quando o pai ou a mãe perde o emprego ou tem a carga reduzida, a esposa, que antes não trabalhava, passa a trabalhar, assim como os filhos”, afirma a professora Katy Maia (à direita, ao lado da professora Solange de Souza, integrante do projeto)

ções. Depois, com o advento dos métodos contraceptivos, nos anos 70, essa entrada se acentuou, mas as disparidades continuam até hoje”, afirmou.

Com a sucessão dos sistemas de produção em massa, como Fordismo, Taylorismo e Toyotismo, seguidos pela desregulamentação neoliberal a partir dos anos 70, o mercado de trabalho se reconfigurou bastante. Hoje, segundo Katy, essa desregulamentação se evidencia em um conceito recente, o da “uberização”. “É um relaxamento das normas e regulamentações que regem o trabalho, com empresas que não se responsabilizam nem reconhecem os trabalhadores como tais. Eles são responsáveis por todos os custos do trabalho, sem os direitos sociais garantidos pelas legislações anteriores”, ponderou.

Do mesmo modo, os índices de desemprego, tanto os que envolvem trabalhos formais quanto informais, registraram alta nas últimas duas décadas, impulsionados pelas sucessivas crises. “Antes da pandemia, já estávamos registrando uma alta do desemprego. Com a pandemia, isso explodiu”, comentou Katy, lembrando que, em 2010, o Brasil gozava de situação de pleno emprego (menos de 5% de desemprego entre a população economicamente ativa). Atualmente, no Brasil, esse índice está em 12%.

Os resultados ainda variam conforme a categoria do desemprego. O índice de 12% é, como toda média de um país,

uma abstração: os grupos vulneráveis descritos pela pesquisa são os que estão em pior situação de empregabilidade, enquanto os mais privilegiados (homens e mulheres brancas) permanecem com maior índice de empregabilidade formal. As maiores taxas de desemprego também estão entre homens e mulheres não-brancos. O desemprego oculto, tanto por desalento (quem não procura emprego há pelo menos um ano) quanto por trabalho precário, também é mais representativo nesses extratos. Evidencia-se, por fim, a ausência de políticas públicas duradouras para conter esses índices crescentes, como políticas de compensação financeira, construção de creches, entre outras.

DECLÍNIO DOS EMPREGOS FORMAIS

A geração de trabalhadores empregados nos moldes das antigas legislações trabalhistas dá sinais claros de que será a última. Segundo a pesquisa, nas últimas duas décadas, houve um declínio acentuado dos empregos formais (registrados em carteira e com contribuição previdenciária), bem como um aumento das atividades informais e da subocupação. Um trabalhador subocupado é aquele que tem condições de trabalhar mais horas do que consegue, mas, em razão da ausência de trabalho, realiza pequenas jornadas, muitas vezes insuficientes para cobrir as despesas familiares.

Os altos índices de desemprego, in-

formalidade e subocupação nas populações vulneráveis ocasionam, ainda, um “efeito cascata”. Como a precariedade já atinge os chefes de família, pais ou mães responsáveis pela grande parte da renda familiar, a necessidade obriga os dependentes que vivem sob o mesmo teto a arrumarem trabalho. “Quando o pai perde o emprego ou tem a carga reduzida, a esposa, que antes não trabalhava, passa a trabalhar, assim como os filhos”. A entrada desses sujeitos no mercado, na maioria das vezes informal, aprofunda as desigualdades entre os públicos, pois eles entram no mercado de forma desigual.

ASSIMETRIAS REGIONAIS

Nos últimos anos, segundo o projeto, as assimetrias regionais também apresentaram modificações, com destaque para a redução da desigualdade salarial na maioria das regiões. Somente na Centro-Oeste houve aumento da discriminação salarial por gênero e cor de pele; nas outras, as disparidades salariais entre homens e mulheres brancos e homens e mulheres não-brancos tiveram redução, embora ainda sejam muito presentes.

A pesquisa também mostrou que em regiões mais pobres as discriminações por gênero e especialmente por cor são menores, como no Nordeste, por exemplo. “Creio que tenha uma relação com a homogeneização da população da região, pois a maioria dos habitantes é negra. Nas regiões Sul e Sudeste, por exemplo, esses índices são maiores por conta do racismo”, salientou. Mesmo assim, ainda que recebam menores salários, as mulheres são, via de regra, mais escolarizadas que os homens. “Especialmente as mulheres brancas gozam de maior capital humano (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem a realização do trabalho), mas não são mais bem remuneradas que os homens por isso”, confirmou Katy.

O estudo serviu como base para vários trabalhos acadêmicos já finalizados e em andamento, além de monografias, dissertações e teses. Foram produzidos 20 artigos, 10 monografias e uma dissertação, além de vários outros trabalhos ainda em produção. Participam do grupo, além de Katy Maia, os professores Magno Rogério Gomes e Solange Inforzato de Souza, além de sete graduandos e dois pós-graduandos.

Pesquisa estuda inovações contratuais na área de Família e Sucessões

Mais de 40 pesquisadores, entre professores, estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, integram uma rede que envolve universidades dos três estados do sul

ISABELLA ABRÃO*

“Analisar inovações inseridas no atual Código Civil para tratar de relações contratuais que afetam o campo do Direito de Família e Sucessões na sociedade”. Este é o objetivo do Projeto Contratualização das Relações Familiares e das Relações Sucessórias, sob coordenação da professora Daniela Braga Paiano e colaboração da professora Rita de Cássia Tarifa Espolador, ambas do Departamento de Direito Privado e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito Negocial.

O projeto de pesquisa é relativamente novo: foi registrado em abril de 2020 na área de Direito, conforme classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sua execução teve início em maio de 2020, com previsão de três anos. Além da participação de alunos da graduação do curso de Direito e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito Negocial da UEL, o projeto conta com a colaboração de estudantes e professores de outras instituições. Ao todo, são 41 pesquisadores. O projeto também integra uma rede regional de pesquisa em Direito de Família e Sucessões (REFAM), da qual fazem parte universidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os pesquisadores analisam inovações principiológicas inseridas no Código Civil de 2002 voltadas para a proteção da pessoa humana com respeito à autonomia privada, estudando instrumentos de tutela criados pelo Direito para satisfazer a sociedade atual. Segundo a professora Daniela Paiano, o Código deixa alguns pontos em aberto permitindo que membros de uma relação familiar possam pactuar suas vontades. “Falta normatividade em alguns pontos, então o estudo busca avançar dentro do que está descrito na lei”, afirma. “O que não tem solução pronta, acaba sendo

a solução jurisprudencial”, avalia a professora.

CONTRATO DE NAMORO

No campo do Direito da Família, isso significa que as partes possuem maior liberdade para negociar aspectos patrimoniais e da vida familiar, utilizando ferramentas como o contrato de namoro e o pacto antenupcial, por exemplo. Ambos são temas de estudo no projeto, que possui pesquisas sobre assuntos atuais e modalidades de família que têm exigido respostas do ordenamento jurídico.

O contrato de namoro funciona enquanto não for configurado união estável, e protege o casal de consequências jurídicas, como partilha de bens, pensão, direitos sucessórios em caso de falecimento, entre outros. Já o pacto antenupcial é um instrumento que possibilita o casal escolher o regime de bens e questões específicas de seu interesse, como viver em residências separadas, por exemplo.

Dentro das relações sucessórias e contratualização, entra o planejamento sucessório, como a divisão do patrimônio. Neste sentido, há trabalhos no projeto que analisam brechas no ordenamento para descobrir se é preciso proteger herdeiros necessários, avaliando se há possibilidade de relativização do patrimônio ou de invadir a legítima e não respeitar os 50% permitidos para doação. “A gente tem pesquisa que estuda como a divisão pode ser feita para que quando determinada pessoa faleça possa ser possível a organização de como e com quem as coisas vão ficar”, declara a professora.

TRABALHOS PREMIADOS

Partindo do método científico lógico-dedutivo, que faz uso da dedução para obter uma conclusão a



“Falta normatividade em alguns pontos, então o estudo busca avançar dentro do que está descrito na lei. O que não tem solução pronta, acaba sendo a solução jurisprudencial”, avalia a professora Daniela

respeito de determinadas condições, os trabalhos desenvolvidos no projeto utilizam diversos procedimentos metodológicos de coleta de informações e levantamento de dados na pesquisa. De acordo com a professora Daniela Paiano, a ideia é incentivar os alunos a produzir artigos com o auxílio dos professores, estimulando a participação em eventos e em coletâneas de livros.

Em setembro do ano passado, dois trabalhos vinculados ao projeto foram premiados na 16ª edição do Encontro Toledo de Iniciação Científica (ETIC), promovido pelo Centro Universitário de Presidente Prudente (SP). Os estudos concorreram na área de Direito Civil e Processo Civil do evento. Com o título “Planejamento Sucessório do Patrimônio Virtual: o respeito à personalidade virtual”, o trabalho escrito pelo estudante de graduação Mathias Carvalho dos Santos e pelo professor Fábio Ricardo Brasilino (UEL) recebeu o prêmio de segundo lugar. O estudo “Multiparentalidade: análise de casos a partir de julgados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”, escrito pela ex-aluna da graduação Karen Mendes, pela ex-aluna do mestrado Mariane Silva Oliveira e

pela professora Daniela, conquistou o quarto lugar.

O tema do Direito sucessório com relação ao patrimônio virtual, discutido no primeiro trabalho, diz respeito à tutela de canais da internet e perfis em redes sociais. O assunto ainda é novo e não tem muitas soluções consolidadas pelo Direito, por isso poucos planejam como ficarão os bens digitais após a morte. Com um testamento, o herdeiro pode decidir apagar a conta do falecido ou transformá-la em um memorial. Sem a autorização, é necessário apresentar o atestado de óbito para a plataforma e solicitar permissão.

A questão da multiparentalidade, debatida no segundo estudo, refere-se ao reconhecimento do Direito sobre o vínculo de um filho com mais de um pai ou mais de uma mãe. Como exemplo, a professora Daniela cita quando a figura do padrasto ou da madrasta passa a ser vista como o pai ou a mãe após o casamento, sendo reconhecidos juridicamente como tais e inseridos na certidão de nascimento do filho. No trabalho apresentado no evento, foram analisados casos de multiparentalidade julgados nos tribunais.

* Estagiária de Jornalismo na COM

Sobre homens e livros

Projeto de professor de Literatura faz “reconstituições” das diferentes masculinidades na Literatura brasileira, do século XIX até a contemporaneidade

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

O professor Luiz Carlos Santos Simon (Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas) tem uma longa trajetória de ensino e pesquisa de crônicas. Foi lendo textos do jornalista Xico Sá que ele percebeu um homem “meio perdido”, que não sabe bem qual seu papel na sociedade atual. “É como dizem aqueles bordões: ‘oncotô?’ e ‘prondovô?’”, exemplifica o professor.

Daí nasceu a pergunta “Que homem é este nos textos literários?”, que acabou gerando o projeto de pesquisa “Reconstituições dos homens”, sobre as relações entre masculinidades e literatura. A palavra “reconstituições” carrega um pouco do discurso da Criminalística, que prevê a “reconstituição” de crimes. “Quero saber o quanto e como os homens podem ir além destes ‘crimes’, ou seja, de um comportamento padrão, de um modelo que o força a ter determinadas condutas”, explica Simon. O tema não lhe é estranho: em seu Pós-Doutorado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015), trabalhou com a masculinidade em crônicas de Luís Fernando Veríssimo.

Simon mergulhou numa pesquisa multidisciplinar em busca de críticas e referenciais teóricos, brasileiros e estrangeiros, nas áreas de Psicologia, Sociologia e História, além da Literatura. Segundo ele, não foi fácil: muitas vezes encontrou apenas estudos pontuais. Apesar disso, acabou expandindo seu objeto de pesquisa, para abordar contos e romances, do século XIX até a contemporaneidade. “É bom para os alunos também, que têm mais liberdade de escolher seu objeto de estudo”, expõe.

Para o pesquisador, sempre que se afasta, por pouco que seja, do modelo padrão de masculinidade, gera-se uma problematização. “Às vezes, encontramos uma dificuldade na própria expressão do personagem. Temos que analisar o que ele fala, como ele fala, e o que ele silencia”, explica Simon. E tão importante quanto os personagens, são os narradores. “Muitas vezes o narrador julga, condena o comportamento masculino. Às vezes ele fala dele mesmo através do personagem”, acrescenta.



“Os textos literários desfrutam de uma liberdade de expressão, de uma ‘licença’ para transitar em qualquer dimensão social”, afirma o professor Simon.

Simon observa que os textos literários desfrutam de uma liberdade de expressão de uma “licença”, um “crachá” para transitar em qualquer dimensão social. Também são, por excelência, o espaço da experimentação. Por isso, não podem ser reduzidos de forma alguma, ou seja, não podem ser usados, por exemplo, para comprovar um ponto de vista anacrônico. “Não se pode exigir de um texto do século XIX um posicionamento contemporâneo”, ilustra o professor. Os pressupostos de cada época devem ser observados e respeitados. “Às vezes se quer negar o autor ou seu texto. Ou, como se diz agora, cancelá-lo”, observa.

Cada autor mostra sua própria abordagem, conforme o pesquisador. Antônio Prata e Fabricio Carpinejar, por exemplo, “passam a limpo” a figura masculina. “É um homem monitorado”, diz Simon. Já Luís Fernando Veríssimo “solta” mais os personagens, para rir deles. De qualquer maneira, são encontrados os conflitos entre a formação (educação) do homem, a resistência da coletividade diante de algumas condutas, e a sensação de perda

de controle da própria história.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Para o professor, a pesquisa permitiu a conexão com atividades muito variadas no ano passado: organização de um número sobre o assunto na revista do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (“Terra Roxa e outras terras”), elaboração e publicação de artigos e a participação no Pint of Science com debate na rede. Há alunos envolvidos, e o foco atual é a análise de romances brasileiros menos canônicos. O projeto já gerou artigos publicados e, atualmente, Simon tem quatro orientandos, dois de Doutorado. Mês passado, uma orientanda concluiu seu Mestrado.



Projeto em parceria divulga Literatura dos BRICS

O professor Luiz Carlos Santos Simon (Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas) participa de uma parceria em um projeto de extensão na UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), em Foz do Iguaçu, ligado ao curso de Relações Internacionais e Integração. Foram produzidos cinco programas sobre a Literatura nos países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), um dedicado a cada país, numa série intitulada “Prosa dos BRICS”.

Os programas foram veiculados mensalmente a partir de abril do ano

passado em um canal do You Tube e outras plataformas, com cerca de 40 minutos cada. Para Simon, “foi interessante por estabelecer correlações e localizar afinidades nas literaturas desses países. Para o ouvinte brasileiro, foi uma oportunidade de entrar em contato com produções estrangeiras pouco conhecidas”.

Antes da criação dos programas, o professor pesquisou a produção literária dos cinco países e optou por obras contemporâneas, uma vez que o que liga o bloco são aspectos atuais. A ideia, segundo Simon, era descobrir

e apresentar justamente os pontos de contato entre os autores e suas obras. Decidiu abordar romances, mas leu muito mais para conhecer a literatura de cada país.

Escolhido os canais, foi definido o formato. Nos programas, o professor tem um interlocutor, com quem dialoga, como numa entrevista informal, sobre autores e obras, fazendo uma crítica, mas fugindo da formalidade da linguagem acadêmica. Afinal, segundo Simon, o objetivo é estimular estas leituras, pouco conhecidas no Brasil.

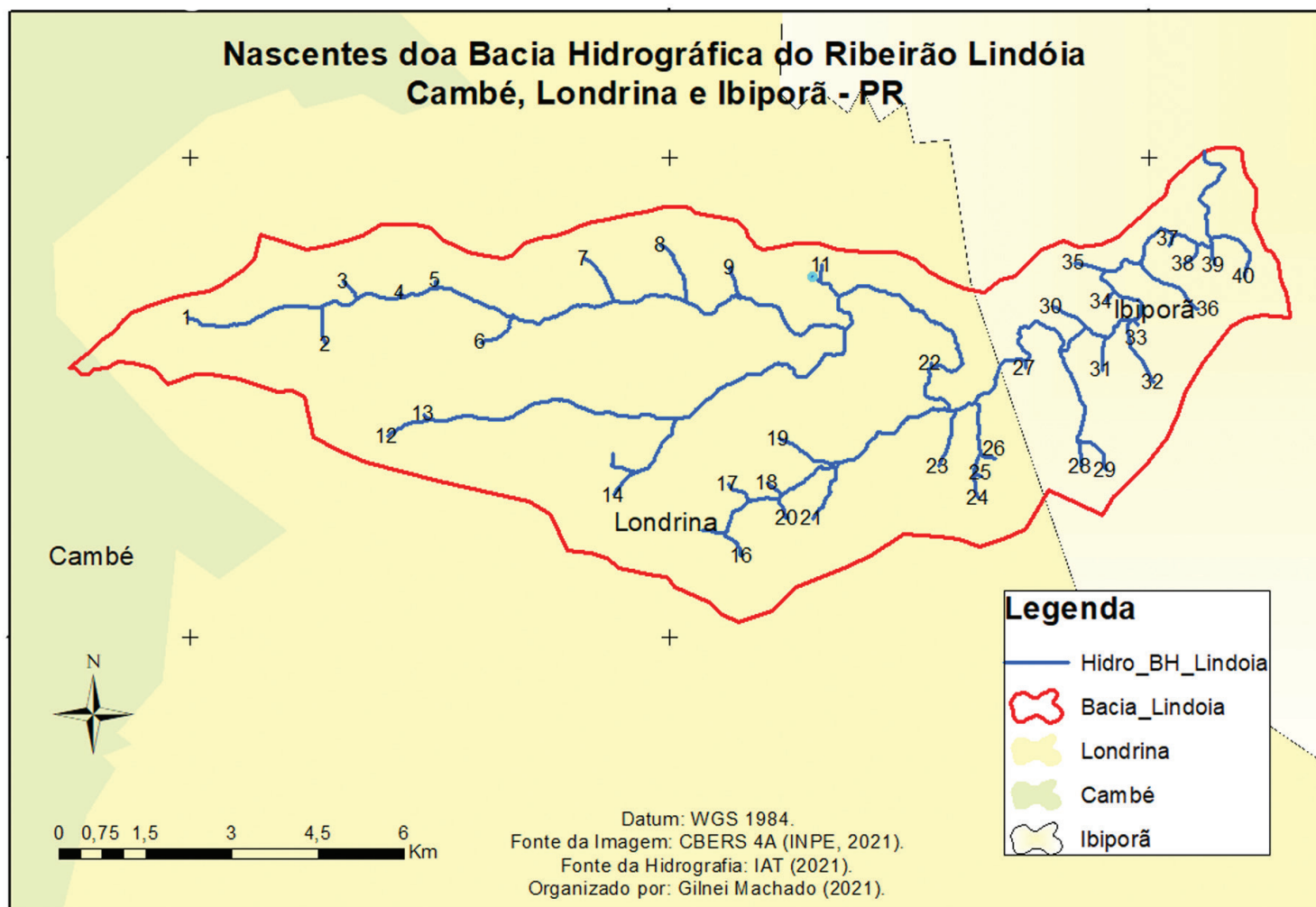
Um ponto destacado pelo profes-

sor é que não são só aspectos econômicos que unem os cinco países, mas também literários. Embora geográfica, histórica e culturalmente bem distintos, em todos eles Simon percebeu questões fundamentais semelhantes, como a própria ideia de liberdade para ser e o espaço de cada um na sociedade. “Perguntas como ‘Qual é o meu lugar?’ ou ‘Querem me ouvir?’”, mesmo em circunstâncias diferentes, estão presentes na literatura dos BRICS”, diz o professor.

Estudo analisa condições de nascentes da bacia do ribeirão Lindoia

Pesquisa classifica nascentes quanto à cobertura vegetal e ajuda a desmistificar a ideia de que elas são necessariamente melhor preservadas na zona rural

JOSÉ DE ARIMATHÉIA



Mapa: Grau de preservação das nascentes da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lindoia – Cambé, Londrina e Ibiporã.

O professor Gilnei Machado (Departamento de Geociências) trabalhou dois anos em uma pesquisa sobre as condições de 41 nascentes da bacia hidrográfica do ribeirão Lindoia, que nasce no município de Cambé, atravessa Londrina (na zona norte) e Ibiporã e deságua no Tibagi.

A bacia do Lindoia é uma das seis da área urbana de Londrina e tem sentido oeste-leste. A ocupação humana da região teve início na década de 30 do século passado com o estabelecimento de lavouras de café. Após a geada de 1975, auge de um extenso período de invernos rigorosos, a cultura teve que ser diversificada, e acelerou o processo de urbanização. Hoje, quase 85% da população é urbana e, além da zona rural, existem áreas de proteção permanente (APPs). “As nascentes e a área próxima, em um raio de 50 metros, são consideradas Áreas de Preservação Permanente e são protegidas pela Lei Federal no 12.651/2012”, explica o professor.

O pesquisador adaptou uma metodologia consolidada para a análise

de nascentes, criando uma escala de classificação para elas segundo a cobertura vegetal encontrada, ou seja, ótimas (81 a 100% de cobertura), boas (61 a 80%), razoáveis (41 a 60%), ruins (21 a 40%) ou péssimas (zero a 20%). Utilizou imagens de satélite e várias outras ferramentas de softwares, como o *Feature to Point*, que permitiu a identificação das 41 nascentes. Vale ressaltar que, de acordo com a pesquisa, existem muitos córregos sem nome, dada a enorme quantidade deles. Como a maioria das nascentes fica em propriedades particulares, o acesso *in loco* não é possível.

RUINS OU PÉSSIMAS

Gilnei afirma que alguns resultados são preocupantes. Metade das nascentes analisadas podem ser consideradas ruins ou péssimas, ou seja, possuem menos de 40% de cobertura vegetal. São sete nascentes nestas condições, das quais seis estão no município de Ibiporã, três na área urbana e três na rural. As razões deverão ser objeto de nova pesquisa de

Gilnei. São diversas hipóteses: pode ter a ver com a atividade econômica, legislação local, fiscalização... enfim, só um aprofundamento do estudo poderá dizer.

O resultado, porém, serviu para ajudar a contestar o mito de que as nascentes estão necessariamente melhor protegidas em áreas rurais. Outros dados corroboram a desmistificação: das 12 nascentes em ótimas condições, sete estão em área urbana. Todas as seis nascentes em condições boas estão localizadas em Londrina e cinco estão em área urbana. Na avaliação do pesquisador, a legislação ambiental na cidade é um dos fatores que contribuem para esta realidade. “Em Londrina, foram removidas famílias que ocupavam fundos de vale”, exemplifica.

Apesar disso, Gilnei encontrou muita sujeira em torno de nascentes urbanas, especialmente resíduos da construção civil. A falta de cobertura natural facilita os processos de erosão, que por sua vez abrem acessos mais fáceis às nascentes, aproveitados por pessoas que de-

positam lá “de tudo”, como diz o professor – garrafas plásticas, sofás, entulho de obras, etc. A recuperação destas áreas passa pelo replantio de espécies locais, informa o pesquisador. Em alguns casos, pode ser o suficiente.

O pesquisador diz ainda que as condições das nascentes em Londrina são muito boas, se comparadas a outras cidades. Em Presidente Prudente (oeste de São Paulo), por exemplo, por onde passou, não há mais nascentes, e os córregos foram tubulados, com algumas exceções. Isso também contribui negativamente para o escoamento da água da chuva, que não encontra um córrego para onde correr.

DESDOBRAMENTOS

O estudo do professor Gilnei Machado gerou um artigo apresentado, este mês, a uma banca de avaliação para sua promoção para Professor Associado A. Ele foi aprovado e, até por sugestões dos membros avaliadores, deve prosseguir com a pesquisa e publicá-la.

Projeto capacita para utilização de softwares de mapeamento ambiental

Muito utilizados no mercado de trabalho, os dois programas possibilitam a obtenção de informações de forma remota mais facilmente

BEATRIZ BOTELHO

“É difícil falar de mapeamento geográfico sem falar de tecnologia”. A afirmação é do professor Gilnei Machado (Departamento de Geociências), coordenador de um projeto de extensão que vai capacitar cerca de 950 estudantes de Geografia e profissionais da área para utilizar softwares que fazem mapeamento ambiental e socioeconômico dos espaços.

Tudo isso a partir de uma das ferramentas mais acessadas na internet: o You Tube. Gilnei Machado coordena desde março de 2021 o projeto “Mídias sociais e tecnológicas da informação como ferramentas para a disseminação de conhecimento, inclusão, capacitação e melhoria da formação do licenciado e bacharel em Geografia”. A proposta é produzir vídeos no You Tube e disponibilizar em formato de curso ou treinamento gratuitos e semestrais para geógrafos, agrônomos e engenheiros e estudantes de Geografia.

A capacitação é para dois softwares, o ArcMap e QGIS, muito utilizados no mercado de trabalho, para identificar áreas de uso agrícola, ocupações urbanas, hidrografia, por meio de imagens e vetores. Com esse software, por exemplo, o professor acabou de publicar um artigo sobre a identificação das nascentes do Ribeirão Lindóia (cf. matéria ao lado), que corta a cidade de Londrina. Segundo ele, a ferramenta colabora muito com o tempo de pesquisa. “Antes tinha muito que ir a campo. Agora pelo sistema remoto

consegue informação mais fácil”, comenta.

A experiência com outro curso de formação é o que motivou a estruturar o projeto, principalmente para a formação ampliada dos estudantes. Segundo Gilnei, durante a pandemia, os acadêmicos aprenderam como utilizar o software QGIS. Com isso, destacaram-se nas aulas e ainda puderam contribuir com outros colegas. “A formação possibilita que já tenham acesso a ferramentas que utilizarão no mercado de trabalho. Abre muitas portas já durante a graduação”, diz.

Ele cita que alguns alunos estão em estágio em grandes empresas de mapeamento ambiental. O projeto conta atualmente com a participação dos estudantes do curso de Geografia da UEL Gabriel Vargas Oliveira, José Vinicius dos Santos Pires, Vitória Alves de Moraes, William Fernandes de Souza, além dos bolsistas Jhonatan de Gasperi e Alexandros Balouris Batista.

FORMAÇÃO

Ao longo dos três anos de projeto, a capacitação será dividida por públicos. Primeiro, a formação dos próprios estudantes do projeto tem como objetivo capacitá-los para serem disseminadores do aprendizado para os demais colegas do curso. Com isso, 200 acadêmicos devem ser atingidos diretamente.

Para a comunidade, estão previstos quatro cursos de formação e treinamento para profissionais liberais e comunidade em geral, atingindo cerca de



“A formação possibilita que já tenham acesso a ferramentas que utilizarão no mercado de trabalho. Abre muitas portas já durante a graduação”, avalia o professor Gilnei Machado.

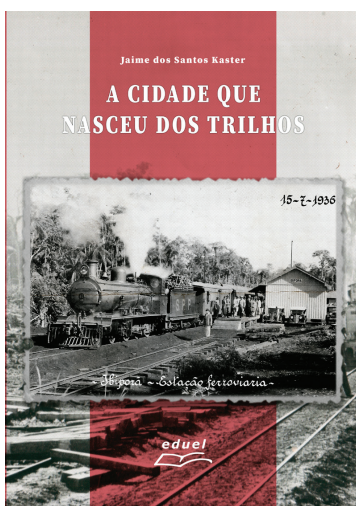
200 pessoas. Haverá uma turma de formação e treinamento gratuito a cada semestre de profissionais graduados, abrangendo entre 300 e 500 pessoas.

Todo o material será elaborado pelos participantes do projeto, desde roteiro, gravação, publicação e disseminação do conteúdo dos vídeos. A previsão é de que no segundo semestre de 2022 os primeiros materiais já sejam publicados no canal do You Tube.



PRATELEIRA

Publicações da EDUEL



“A Cidade que Nasceu dos Trilhos”

Autor: Jaime dos Santos Kaster

A chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná à região de Londrina, na década de 30, foi algo que mexeu com a paisagem da região, provocando forte onda de migração e a implantação em série de povoados e de novos núcleos urbanos. Foi se formando um cordão de cidades ao longo da linha, sendo uma delas Ibiporã, fundada em 1936. Conhecida originalmente como “Terreno Jacutinga”, foi colonizada pelo engenheiro Alexandre Gutierrez Beltrão e consistia em uma faixa de terras entre a margem esquerda do Rio Tibagi e o limite da área adquirida pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Valor: R\$ 65,00 (físico)
R\$ 35,00 (e-book)

“A arte de Eliseu Visconti e a modernidade na Primeira República”

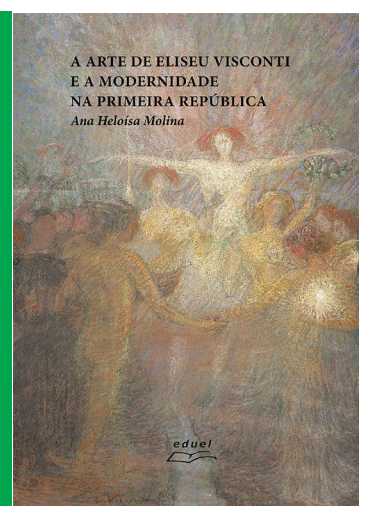
Autora: Ana Heloísa Molina

Modernidade brasileira; modernidade urbana ou simplesmente modernidade, foi um sonho almejado por boa parte da sociedade brasileira a partir do século XIX em um processo que temos dificuldade em saber se está completo. Em seu nome (o da modernidade), para superar o “antigo”, transformado em sinônimo de atrasado ou retrógrado, foram refeitas as ruas, colocados e retirados os trilhos de trem e de bonde, abertas as avenidas, arrasados os morros, aterrados os lagos e praias, construídos os prédios que se tornaram lugares de memória de diversas gerações, destruídos outros tantos que lhes antecederam nesse papel.

O estudo de Ana Heloísa Molina sobre Eliseu Visconti, imigrante transmutado em pintor, designer e agente dessa modernidade ao transitar pelos estilos da virada do século XIX para o XX, permite pensar esse longo processo de adesão ao “moderno”, contraditoriamente gestado como freio aos excessos da modernidade.

Valor: R\$ 130,00 (físico)

A ARTE DE ELISEU VISCONTI
E A MODERNIDADE
NA PRIMEIRA REPÚBLICA
Ana Heloísa Molina



Programa elabora projetos aeroportuários para municípios

O projeto Planos e Projetos de Planejamento Aeroportuário atende municípios, estados e União, acompanhando o crescimento das demandas da aviação civil

WILLIAN FUSARO

Quando começou a trabalhar com arquitetura de aeroportos, André Luís Sampaio Silvestri costumava ouvir que não teria futuro na área. Como se profissionalizar e seguir carreira em arquitetura e elaboração de projetos aeroportuários se cada cidade poderia ter um só aeroporto? Hoje, 37 anos após concluir sua graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UEL, em 1985, inclusive com um trabalho de conclusão de curso em que projetou um aeroporto, Silvestri coleciona projetos em estados por todo o Brasil. A carreira na arquitetura aeroportuária, que tinha tudo para ser um voo de galinha, decolou.

Silvestri coordena o Programa de Atendimento à Sociedade (PAS) Planos e Projetos de Planejamento Aeroportuário, que, desde 2018, presta assessoria técnica a prefeituras, estados e ao governo federal no campo do planejamento aeroportuário. O objetivo é elaborar ou revisar projetos para aeroportos, aeródromos, planos diretores de aeroportos, adequações do entorno dos aeroportos às legislações vigentes e projetos de infraestrutura aeroportuária.

“É uma área com poucos profissionais qualificados. Por isso, as prefeituras e construtoras acabam tendo dificuldade de contratar técnicos para elaborar projetos”, comentou. O cres-

cimento da demanda da aviação civil, que evoluiu juntamente com a legislação brasileira, acabou por limitar bastante o número de aeroportos no país por questões de segurança. “Há 50 anos, tínhamos mais aeroportos regionais no Brasil do que hoje. Os aviões também operavam com menos normas de segurança, como por exemplo o famoso DC3, já obsoleto, que pousava em quase qualquer tipo de aeródromo. Com as mudanças na legislação internacional e adoção de medidas de segurança para aeroportos e entorno, o número de pistas aptas a receber aviões caiu. Os novos aeroportos, então, precisaram de grandes investimentos em planejamento e de infraestrutura aeroportuária”, acrescenta.

SEQUÊNCIA DE PROJETOS

No entanto, essa redução não foi suficiente para que a demanda por profissionais que elaborassem esses projetos fosse suprida. A partir disso, Silvestri passou a oferecer consultoria para construção, reformas e demais serviços relacionados a aeroportos, como o Aeroporto Governador José Richa, de Londrina. O professor, que então tinha uma empresa, venceu a licitação em 1999 e entregou o aeroporto pronto em 2002. À época, Silvestri já era professor da UEL, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, porém sem dedicação exclusiva.

A experiência do professor inclui a construção do Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola, em Joinville/SC, do Aeroporto Internacional de Navegantes/SC Ministro Victor Konder, e do Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz. Em 2005, venceu certame para elaborar os estudos iniciais de implantação do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu - Cataratas. No mesmo período, participou de um estudo sobre os níveis comerciais do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Foram trabalhos em municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

PARALISAÇÃO

A equipe coordenada por Silvestri varia de acordo com as idas e vindas dos anos letivos da Universidade, com estudantes entrando e saindo dos projetos e geralmente cursando do 3º ano em diante. O grupo chegou a ter oito participantes do início, em 2018, até o começo da pandemia, em março de 2020. “Com a redução das operações aeroportuárias devido à pandemia, os investimentos na área tiveram uma paralisação significativa. Então, ficamos sem novos projetos e consultorias”, explicou. Hoje, conta com os estudantes de graduação de arquitetura do 3º ano, Ana Laura Queiroz e Alessandro de Sousa Alves Dutra, para tocar o projeto.

Um dos principais serviços ofertados são as consultorias para construtoras. Toda construção vertical em um município com aeroportos, ponderou o professor, deve ser aprovada pelo município a partir da avaliação de um laudo, por legislação internacional validada pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), vinculado ao Comando da Aeronáutica (COMAER). Outro serviço bastante requisitado é o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos (PBZPA), que delimita a altura dos prédios num raio de 20 km, com o aeroporto como centro. Um estudo do tipo foi realizado para o aeroporto de Francisco Beltrão - Paulo Abdala, também no Paraná, por exemplo. “Para se ter uma ideia, o raio do Aeroporto de Londrina vai até o



“Com a redução das operações aeroportuárias devido à pandemia, os investimentos na área tiveram uma paralisação significativa”, avalia Silvestri

município de Rolândia. Então, a área de atuação é grande, bem como seu impacto na verticalização dos municípios abrangidos.”

Outro fator que torna essencial o serviço, ainda pouco disseminado no Brasil, é a constante atualização das leis que regem o espaço aéreo, muitas vezes por fatores externos. “Na aviação, costume dizer que você deita à noite e acorda com uma nova portaria. Após o (atentado de) 11 de setembro (de 2001) nos Estados Unidos, por exemplo, foi determinado que todos os aviões deveriam ter uma porta blindada entre a cabine do piloto e a o restante da tripulação e os passageiros. Um evento mudou tudo”, diz.

Em 2019 e parte de 2020, a equipe coordenou os projetos de arquitetura para ampliação e reforma do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Campo Grande/MS. Atualmente, o projeto dedica-se ao restauro e reutilização da antiga torre metálica do Aeroporto de Londrina e à criação de um minimuseu para o Aeroclube da cidade.

PAIXÃO HEREDITÁRIA

O gosto pela aviação, ainda que de outra forma, foi passado de pai para filho. O jovem Caio Cavalheiro Silvestri, de 24 anos, tornou-se piloto comercial e estuda para seguir carreira como piloto executivo - categoria de pilotos responsável por guiar táxis aéreos ou aviões empresariais. Em casa, Silvestri se junta ao filho na paixão e dedica uma parte de seu tempo para sobrevoar o mundo em um simulador de voo semiprofissional.

SERVIÇO

Estudantes interessados em participar do projeto Planos e Projetos de Planejamento Aeroportuário podem entrar em contato com Silvestri pelo e-mail aeroportos@uel.br.



Maquete eletrônica do Aeroporto Internacional de Campo Grande, feita por alunos do projeto de extensão (Arquivo pessoal)